

Organização

CITCEM/FLUP

Comissão Científica

Comissão Executiva do CITCEM

Comissão organizadora

Carla Sequeira

Joana Sequeira

Secretariado

Vanessa Sousa

Marlene Cruz

Contactos

CITCEM/FLUP

Tlf: 226 077 177

E-mail: oic.citcem@gmail.com

citcem@letras.up.pt

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM têm como principal objectivo o debate, alargado e transdisciplinar, de problemáticas de investigação, no sentido de cruzar questões teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa.

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM constituem, por isso, um espaço de divulgação e discussão regular de projectos de investigação individuais (teses de mestrado ou doutoramento, projectos de pós-doc, etc.) ou colectivos, dos investigadores e colaboradores do CITCEM, podendo associar investigadores de outros centros ou universidades nacionais e/ou estrangeiras.

Entrada Livre

<https://oiccitcem.wixsite.com/oficinascitcem>

OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO CITCEM 19/20

SESSÃO 12

[21.02.20 • 14h30]

Proponente da sessão

Helena Santos

« Políticas públicas para a exibição de cinema: o que está a mudar com a digitalização? Notas a partir de um estudo realizado em Portugal »

LOCAL: Sala do CITCEM [Torre A, Piso 0]

PROGRAMA

14h30 *Exibição Cinematográfica em Portugal: o papel do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) | Paulo Gonçalves*

14h55 *Rede alternativa de exibição de cinema: tendências gerais e prospetivas | Luísa Barbosa*

15h20 Pausa

15h35 *Exibição não comercial de cinema entre 2007 e 2017: resultados preliminares a partir da informação estatística do ICA sobre a Rede Alternativa | Marta Araújo Miranda*

16h00 *Que perspetivas para a exibição não comercial em Portugal e na União Europeia? | Helena Santos*

16h25 Debate

NOTAS BIOGRÁFICAS E RESUMOS

PAULO GONÇALVES, licenciado em Gestão e Administração Pública, tem vindo a exercer diversos cargos técnicos e de chefia em várias unidades orgânicas do ICA desde 1999 até ao presente. Responsável pela criação do Sistema Integrado de Gestão de Bilheteiras – plataforma que permite a recolha e tratamento de dados estatísticos relativos à exibição e distribuição cinematográfica em Portugal; fundador do Observatório Ibero-americano do Audiovisual, que coordenou entre 2009 e 2016; Gerente da Sociedade SIC – Filmes entre 1999 e 2011; Vogal do Conselho Fiscal e Secretário da Assembleia Geral do Observatório da Comunicação – OBERCOM, entre 2000 e 2002; e Fundador do Cineclube de Macau, a que presidiu entre 1996 e 1998.

Exibição Cinematográfica em Portugal: o papel do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA)

A dimensão mais visível dos apoios públicos às atividades cinematográficas (e a que absorve maior proporção de apoio financeiro) é a de produção. Ela está, no entanto, longe de esgotar a missão das políticas públicas de apoio ao cinema, na União Europeia em particular, e não pode desligar-se de outras dimensões, como as de exibição e distribuição. Nesta perspetiva, propõe-se uma apresentação geral sobre os princípios, programas e resultados do apoio público ao cinema em Portugal, por forma a enquadrar as políticas para a exibição cinematográfica, as suas principais condições de possibilidade e alguns dos seus resultados: o ICA dispõe de informação e análise (sistemática desde 2004), não apenas

sobre os apoios financeiros à exibição, mas também sobre as características do parque cinematográfico nacional (recintos, ecrãs, digitalização, redes...), dos filmes exibidos (tipos, géneros, origens geográficas) e dos públicos de cinema.

LUÍSA BARBOSA é licenciada em Sociologia pela Faculdade de Economia de Coimbra, mestre em Sociologia pela FLUP e atualmente doutoranda em Jornalismo na Universidad Complutense de Madrid. Tem-se dedicado ao estudo da exibição não comercial de cinema, em especial da programação e das políticas culturais de apoio à exibição alternativa. Desde 2013 é coordenadora operacional do projecto "A exibição não comercial de cinema em Portugal" (FEP, com a parceria do ICA). Paralelamente, é coordenadora de conteúdos e comunicação da PORTATA, um portal de informação estatística da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rede alternativa de exibição de cinema: tendências gerais e prospetivas

Apresentaremos os resultados de um inquérito aplicado a uma amostra de agentes culturais, o qual procura caracterizar este segmento cultural, partindo de três questões essenciais: "quem são?", "que atividades desenvolvem?" e "em que condições atuam e funcionam?". Neste estudo foi possível reconhecer a existência de uma geografia dispersa de agentes culturais, maioritariamente assentes em trabalho voluntário, informal e precário, fora dos circuitos de apoio público às "redes" de exibição alternativa. Muitas vezes, esses agentes operam em territórios onde não chega sequer o cinema comercial, e a oferta cultural e artística é muito escassa. Conhecer estas "geografias paralelas", que não são exclusivas de Portugal, é muito importante para a reflexão sobre as políticas públicas de apoio ao cinema, não apenas de apoio à exibição e distribuição de cinema, mas por referência às políticas, mais gerais, de democratização cultural.

MARTA MIRANDA nasceu no dia 28 de maio de 1994, em Esposende. Em 2013 ingressou na licenciatura em Economia na FEP. Durante a licenciatura, fez parte do Cineclube de Economia, uma organização estudantil com o propósito de partilhar a sétima arte com a comunidade académica. Em 2017, ingressou no mestrado em Economia na mesma faculdade, focando este grau académico em Economia da Cultura e Economia da Empresa. O mestrado foi complementado com o curso livre de Arte e Cinema, que frequentou na FLUP. Impulsionada pela sua paixão por cinema e cultura, a sua dissertação de mestrado e investigação são parte de um projeto sobre a exibição não

comercial de cinema em Portugal.

Exibição não comercial de cinema entre 2007 e 2017: resultados preliminares a partir da informação estatística do ICA sobre a Rede Alternativa

A exibição de cinema é uma dimensão central no âmbito do setor cultural, e, nela, a exibição não comercial ("alternativa") desempenha um importante papel. Pretendemos contribuir para o conhecimento sobre este tema, através de uma investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Economia na FEP, integrada no projeto sobre exibição não comercial de cinema. Um dos objetivos do estudo é analisar a informação do ICA, que inclui dados sobre as sessões de cinema realizadas pela Rede Alternativa de Cinema, entre 2007 e 2017. Trata-se de uma base com bastante informação, sobre diversas características dos agentes e exibidores, sua localização, recintos, espectadores, entre outra. Apresentaremos alguns resultados preliminares obtidos pela análise já efetuada sobre a base de dados referida, o que permitirá compor um primeiro retrato daquela Rede

HELENA SANTOS é doutorada em sociologia, professora da FEP (Secção Autónoma de Ciências Sociais) e investigadora do CIC Digital e do CITCEM (cultura digital). Tem desenvolvido investigação em áreas de confluência da sociologia e da economia da cultura, nos domínios das artes performativas, do património e do cinema, especialmente no que respeita à participação cultural e às políticas públicas. Um dos estudos que atualmente coordena é sobre a exibição não comercial de cinema em Portugal.

Que perspetivas para a exibição não comercial em Portugal e na União Europeia?

O estudo sobre exibição não comercial de cinema em Portugal, iniciado em 2015, tem sido palco de uma conjugação de sinergias académicas e institucionais muito importantes para a sua concretização. Desde logo, porque a parceria com o ICA tem possibilitado, não apenas a análise de informação disponível que não fora ainda tratada, como um diálogo ativo sobre as perspetivas de abordagem de um "subsector" da atividade cinematográfica que não pode ser desligado de outras dimensões, como a produção e a distribuição (e a exibição em geral). Por outro lado, as transformações tecnológicas têm vindo a (re)posicionar o cinema, especialmente na União Europeia, em termos do seu papel para a acessibilidade cultural e artística na era digital. É sobretudo neste âmbito que nos propomos contribuir para a reflexão em torno de eventuais reconfigurações do debate sobre as políticas públicas para a cultura e a democratização.